

AÇÕES AFIRMATIVAS NAS UNIVERSIDADES BRASILEIRAS: Perfil dos alunos que ingressaram pelo sistema de cotas para negros na UFMA, em São Luis.

Jakeline Farias Diniz¹

RESUMO

O objeto de estudo deste trabalho centra-se na elaboração de um perfil sócio-econômico parcial dos estudantes ingressos pelo sistema de cotas para negros na Universidade Federal do Maranhão em 2007, ano inicial da experiência cotista na referida universidade. Possuindo como pressupostos a inserção precarizada no negro na sociedade de classes como um dos fatores perpetuadores do preconceito e discriminação racial na sociedade brasileira, juntamente com o reconhecimento da questão racial no Brasil como pauta reivindicatória para a elaboração de Políticas Públicas específicas de promoção da igualdade racial, busca-se a delimitação crítica do programa sob a ótica dos discentes envolvidos.

Palavras-chave: Negro - Cotas. Discriminação racial. Questão racial. Ações afirmativas. Perfil sócio-econômico.

ABSTRACT

The object of this paper focuses on the development of a socio-economic part of the student tickets by the quota system for blacks in the Federal University of Maranhão in 2007, year he began to experience shareholder at that university. Taking for granted the precarious insertion in the black in the class society as a factor perpetrators of prejudice and racial discrimination in Brazilian society, along with recognition of the racial issue in Brazil as vindicatory agenda for the development of specific public policies to promote racial equality seeks to critique the program's definition of Affirmative Action from the perspective of the students involved.

Keywords: Black – Quotas. Racial discrimination. Racial issues. Affirmative action. Socio-economic profile

¹ Estudante de Pós-graduação. Universidade Federal do Maranhão (UFMA). jakelinefdiniz@gmail.com

I- INTRODUÇÃO

Você não pega uma pessoa que durante anos foi tolhida por correntes, a liberta, a põe na linha de partida de uma corrida e então diz – “você está livre para competir com os outros” – e ainda acredita que está sendo totalmente imparcial. Não é justo o bastante, neste caso, abrir as portas, ou oportunidades. Todos os cidadãos devem estar dispostos a trabalhar para que esta igualdade funcione... Nós buscamos a completa igualdade, não como direito ou uma teoria, mas como um fato e um resultado (JOHNSON apud SARMENTO, 2008, p. 165).

O debate sobre Ações Afirmativas na sociedade brasileira nos remete a uma característica premente dos tempos atuais, qual seja a busca pelo respeito às diferenças. A preocupação com a temática no cenário contemporâneo brasileiro a partir da década de 90, colocando na agenda governamental a democratização do acesso aos bens públicos a parcelas visivelmente excluídas ao longo dos séculos nos incita a analisar como esta Política Pública de corte social começou a se configurar dentro da sociedade, principalmente no que diz respeito ao seu entendimento enquanto tal e como isto é entendido pelos segmentos-alvo desta política.

A questão étnico-racial como pauta para discussão de políticas visando à inserção de segmentos sociais historicamente excluídos destes bens, serviços e oportunidades sociais é fruto de amplas mobilizações e lutas travadas no seio da sociedade civil organizada a exemplo do Movimento Negro, que como a maioria das lutas travadas na garantia de direitos (a exemplo dos direitos da criança e do adolescente), emergiu com mais intensidade no processo da redemocratização social brasileira (décadas de 80/90), onde há um redimensionamento do Estado no campo das políticas sociais. De acordo com Jaccoud (2008), a elaboração da Constituição de 88 colocava como princípios de enfrentamento da chamada “dívida social brasileira” o combate à pobreza e a promoção da democracia, onde os direitos sociais e a participação política democrática garantiriam, *inter alia*, o acesso das camadas subalternas aos benefícios do desenvolvimento econômico nacional.

Estas breves considerações sobre a relevância deste tema dentro do cenário político brasileiro se situam como síntese da trajetória sócio-histórica de espoliação da população negra e de seu reconhecimento enquanto sujeitos sociais, onde a questão da discriminação, juntamente com o debate do acesso educacional superior através das ações afirmativas, demonstra o quão é importante a desmistificação da

“democracia racial” e da ausência de preconceito racial no Brasil, juntamente com a revelação das discrepâncias existentes entre o segmento universitário e a real população excludente no processo de afunilamento da Educação, segmento este que não representa a grande maioria da sociedade.

O presente artigo é fruto de uma elaboração monográfica realizada em 2010, na qual demonstra o levantamento do perfil socioeconômico parcial dos discentes que conquistaram vagas na modalidade de Cotas para negros em 2007, ano inicial da experiência, bem como a coleta de depoimentos dos alunos envolvidos pela pesquisa, delimitando as óticas de análise sobre o entendimento da política, o nível de satisfação com o curso, discriminação acadêmica e construção identitária (recorte étnico-racial e percepção enquanto sujeitos sociais).

II – PERFIL DOS DISCENTES COTISTAS: entre a questão da raça e da classe

2.1- Condição socioeconômica;

O universo de análise indicou inicialmente 27 alunos; contudo no levantamento da regularidade acadêmica dos mesmos no segundo semestre de 2009, período da coleta de dados e entrevistas, este universo reduziu-se a 22 discentes entrevistados. Dentro dos cursos de graduação da UFMA escolhidos pelo corte amostral em cada centro, sendo um o mais concorrido e o outro menos concorrido no sistema de cotas para negros, o único centro com defasagem foi o Centro de Ciências Humanas (CCH), onde o curso de Filosofia Licenciatura não obteve representatividade devido à falta de regularidade acadêmica do único discente aprovado².

Considerando a renda familiar mensal dos entrevistados por curso, obtêm-se o seguinte gráfico, com o quantitativo de entrevistados por curso representados pelos números, aliados à escala dos rendimentos (representados por cores). A condição sócio-econômica média dos alunos cotejados pela pesquisa nos ajudará a fornecer subsídios para a compreensão da dinâmica de acesso ao Ensino Superior público por via das cotas, onde as repercussões desta condição fazem-se sentir nos

² De acordo com a coordenação do curso, a discente está matriculada em duas disciplinas; contudo, após o contato para a elaboração da entrevista, os colegas de sala da discente e a própria discente colocaram que ela faz outro curso em instituição privada de ensino, em detrimento do curso de graduação escolhido dentro da UFMA.

depoimentos dos entrevistados, assim como no acesso e permanência dos mesmos dentro dos cursos.

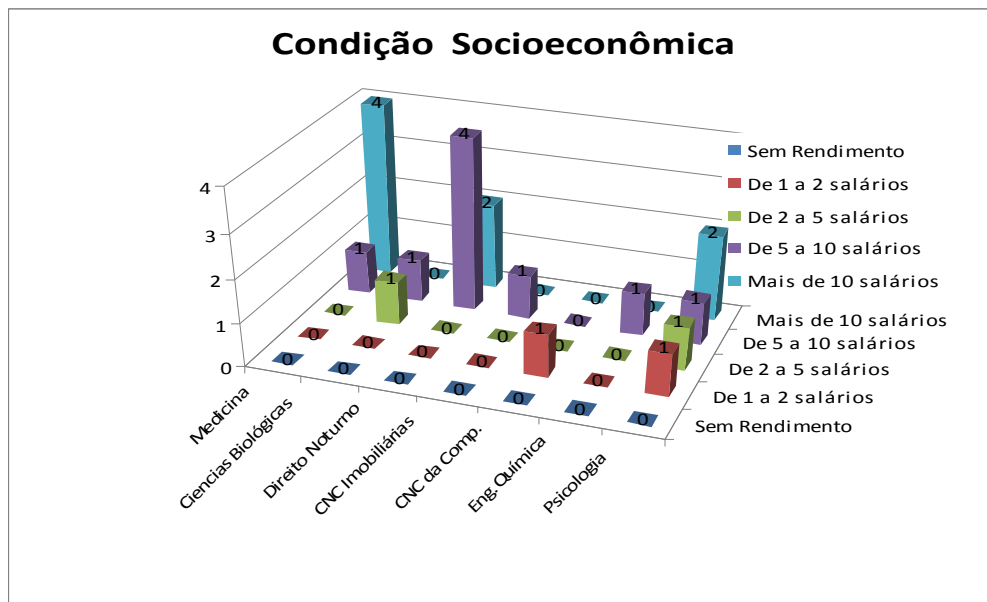


Gráfico 1 - Condição sócio-econômica dos discentes entrevistados

Nota-se que quase 80% dos entrevistados (totalizando 09 entrevistados que tem renda familiar entre 5 a 10 salários com 08 entrevistados que possuem renda superior a mais de 10 salários) estão acima do patamar de cinco salários como renda familiar mensal, onde os picos localizam-se nos cursos de Medicina e de Direito. Já no curso de Psicologia, os valores mesclam-se entre si; os demais cursos, apesar do desnível de alunos, possuem mesclas variadas de rendimentos.

Com estas informações, podemos inferir que a cobertura parcial no acesso à política cotista na primeira experiência dentro da UFMA, haja vista o corte amostral, dá-se em sua grande maioria pelas camadas economicamente mais favorecidas dentro dos cursos mais concorridos. Contudo nos cursos menos concorridos e no curso de Ciências da computação (mais concorrido no CCET), é caracterizado pela diversidade de condições socioeconômicas.

Mesmo com esta diversidade de rendimentos sendo superiores a um salário mínimo, os entrevistados pontuaram em seus depoimentos a dificuldade de manutenção dentro de seus cursos, realçando a parca assistência estudantil no atendimento das demandas do novo perfil de discentes cotistas. Em alguns casos, a falta de assistência estudantil na política de permanência de alunos cotistas dentro da universidade era tanta que houve dentro do quadro de entrevistados, uma discente

que trancou o curso temporariamente por não ter como se manter, haja vista o custo de manutenção do curso.

[...] eu não consegui transferir o curso para Caxias (cidade natal), se conseguisse seria somente para o ano que vem porque a grade curricular é extensa e resolvi voltar, apesar das dificuldades. Eu procurei me informar, na assistência estudantil (no caso, o NAE – núcleo de assistência estudantil) sobre algum tipo de bolsa, daí eles me disseram que tinha que ter horas pra dedicar e o curso não permite que eu tenha estas horas (Depoimento discente curso de Ciências Biológicas).

2.2 - Discriminação acadêmica;

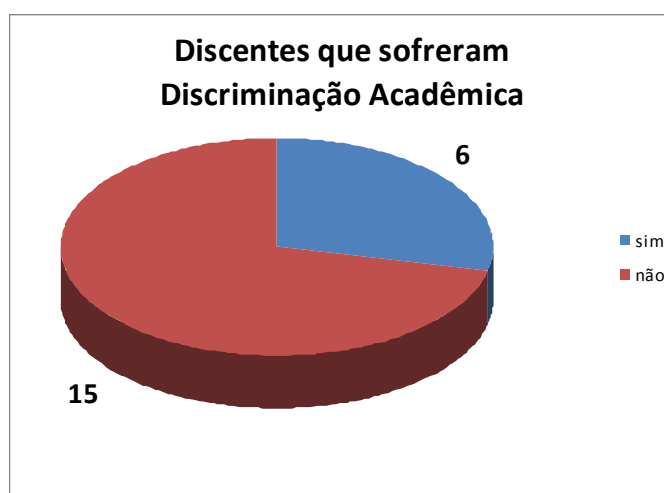


Gráfico 2 – Discente que sofreram discriminação acadêmica

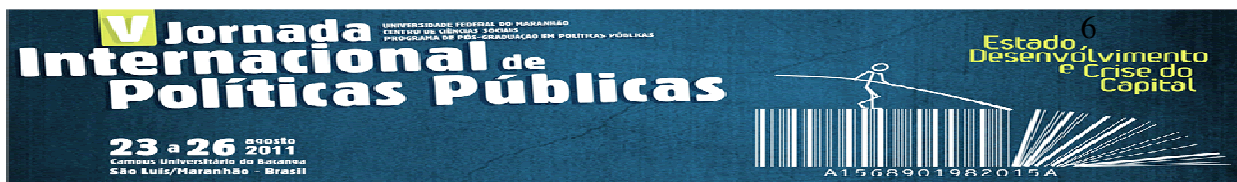
Cerca de 71% dos entrevistados colocam que não sofreram discriminação racial por ser aluno cotista dentro da universidade, apesar do reconhecimento integral deles de que há preconceito racial fora da universidade, de forma indireta.

Não sofri nenhum comportamento adverso não. Eu acho normal, o curso é bem misturado e tem bastante pessoas da minha cor, ao contrário de outros cursos em que você observa a distinção (medicina, odonto..) (Depoimento discente curso Ciências Biológicas).

Não, aqui na UFMA não, mas eu observo de fora sim quando eu estou com a minha namorada. O fato dela ser branca o pessoal “fica olhando” (Depoimento curso Ciências Imobiliárias).

Quando eu fiz o vestibular, com todo o debate, achava que existia discriminação, com a formação de panelinhas, etc; depois que eu entrei isso não ocorreu, já que todos são iguais e se há discriminação é mais pessoal (eu nunca vi e sofri) e não por conta das cotas (Depoimento discente curso Medicina).

Entretanto os poucos casos relatados de presença de discriminação racial dentro da universidade impactam pelos detalhes, seja com relação ao comportamento



de outros discentes, seja pela postura do próprio curso e de suas entidades de composição (departamento e coordenação) em face aos alunos cotistas.

Diretamente pra mim não, mas eu já presenciei com outros colegas algumas situações. Agora já diminuiu um pouco por estarmos no 5º período, mas quando eu entrei tinha mais piadinhas, existia uma cobrança maior para que os cotistas dessem uma resposta, tivessem um rendimento maior nos estudos e na minha sala a maior parte dos melhores alunos são cotistas, tanto negros como de escola pública (Depoimento discente curso Medicina).

Uma vez tinha um campeonato dentro do curso e o cara 'se alterou' e ele falou que era como se a gente não tivesse feito vestibular, tipo discriminando o sistema de cotas em geral, acham que é mais fácil, não sei (Depoimento discente curso Medicina).

Embora o curso tenha alguns professores preconceituosos de maneira claramente discriminatória em suas opiniões, onde algumas pessoas do corpo docente disseram que o curso caiu de nível por conta das cotas. Relacionam o sistema de cotas com a OAB sendo que os alunos cotistas nunca fizeram tal prova, eles atribuem o fracasso na OAB por conta do sistema de cotas (que o nível dos alunos caíram, que era incompatível). Eu fico triste mas tento não ligar, pois faço meu esforço, corro atrás, enquanto essas pessoas tem essa mentalidade atrasada. Não é só porque se passa no sistema de cotas que o nível abaixa, sempre mantenho o meu esforço (Depoimento discente curso Direito Noturno).

Apreende-se com estas palavras, de uma forma superficial, em que condições se sucedeu o processo de implementação do sistema de cotas dentro da Universidade Federal do Maranhão; os discentes e suas representações, os departamentos e coordenações de curso, em sua autonomia resguardada, decidiam seus posicionamentos, a serem considerados no Conselho universitário, garantindo uma hegemonia favorável sem necessariamente pressupor uma homogeneidade de opiniões. Contudo o corpo docente de alguns cursos mostrou-se disparatado, em seu papel fundamental na construção do conhecimento acadêmico, ao colocar a dissidência com a política cotista em face dos discentes, culpabilizando-os, em vez de motivá-los ao entendimento da política em si e construir estratégias de enfrentamento junto a estes alunos.

2.3 – Procedência escolar e entendimento da política de cotas;

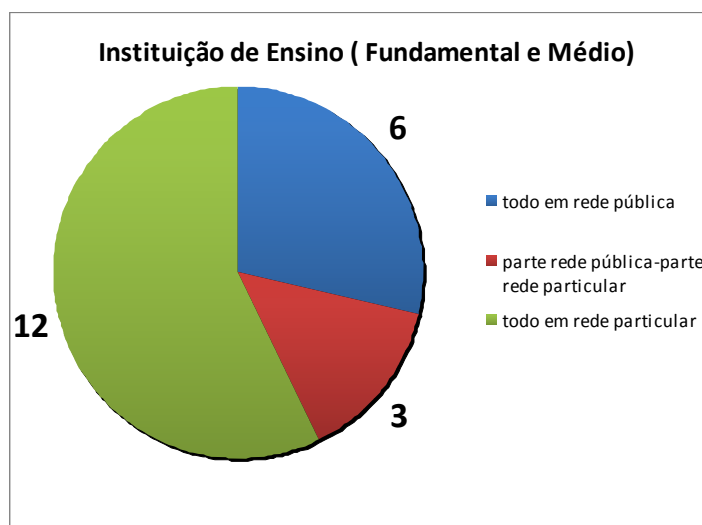


Gráfico 3 - Instituição de Ensino (Fundamental e Médio) dos discentes entrevistados

Aproximadamente, 57% dos alunos entrevistados vieram do sistema privado de Ensino Básico (nível fundamental e médio), independentemente dos cursos de maior e menor concorrência. A realidade educacional de preparo para o ingresso ao Ensino Superior dos alunos entrevistados deu-se de forma satisfatória, apesar de 80 % dos alunos (17 no montante geral) terem prestado vestibular mais de uma vez para inserção no Ensino superior público.

Apesar do acesso ao Ensino Superior por via das cotas ter ocorrido na maioria pesquisada em proveito de alunos do ensino privado, podendo pressupor um predomínio de uma visão elitista por parte dos discentes, no que tange ao entendimento da questão racial, em contraste com este dado situa-se um depoimento elucidativo no entendimento crítico da repercussão das cotas na sociedade brasileira.

[...] O elitismo dos cursos universitários (como Direito), por ter filhos de magistrado, médicos, e já o restante dos alunos que não é de posições altas são boa parte passados por cotas (seja de escolas públicas e negros); daí o questionamento das cotas retirar vagas para democratizar o acesso (“cortar o bolo” e a fatia daí das elites começou a diminuir, daí as críticas) (Depoimento discente curso Direito Noturno).

Estas palavras nos remetem a interpretação do sistema de cotas à guisa dos seus partidários, que a partir dos estudos aferidores da dinâmica da situação do negro na sociedade brasileira, principalmente com os dados do IBGE e IPEA a partir de 1995, relatam a desigualdade estrutural existente entre este segmento e os demais existentes na população, que como assevera Guimarães (2008, p. 125),

[...] apontam para a importância da Educação como fator explicativo para a desigualdade de renda entre brancos e negros, em geral, e para o fato de que tal desigualdade se acentua justamente nos estratos de maior escolaridade, deixando aparente a discriminação como fator explicativo [...] quando se trata de defender ações afirmativas ou a reserva de vagas para estudantes negros, pobres ou oriundos de escola pública de nível médio, a argumentação é totalmente encapsulada pelo sentimento de justiça social.

A diversidade de opiniões a respeito da Educação como mecanismo de alteração das estruturas sociais de um país é muita, inclusive eivada de críticas com relação à oferta do Ensino Básico Público como ineficiente para a garantia de uma qualificação adequada para o acesso ao Ensino Superior, também público. Quando se indagava os alunos a respeito do sistema de cotas, do que eles achavam do processo de aprovação e de forma isso foi benéfico no acesso ao curso, alguns discentes apontavam a questão da “reforma pela base da educação”, não pelo alto do sistema como propunha as cotas segundo eles.

[...] eu não concordo porque quando tu faz cotas para negros quer dizer que que eles sejam menos inteligentes, isso acaba sendo preconceituoso. No caso se fosse fazer pela educação seria melhor, se fosse escola pública ou privada [...] eu defendo a reforma pela base do ensino público, preparar os alunos para passar no vestibular, já que na privada isto é obrigação [...] eu vejo as cotas como um sintoma da educação precária, como se tratasse a questão da educação como algo sintomático, pois somente isso não irá resolver o seu problema, já que melhorar a educação pela base é mais difícil; eles fazem isso [cotas] porque politicamente é melhor, só pra melhorar índices (Depoimento discente curso Medicina).

Outros discentes ilustram a contradição que há no sistema de cotas dentro do período analisado, em benefício de camadas sociais abastardas, onde segundo eles as condições sociais de preparo destas pessoas são favoráveis no acesso ao ensino superior, não necessitando da seleção pelas vagas por cotas raciais.

[...] Se for por conta de “justiça” [mérito], a cota é injusta porque ela privilegia um grupo, mas se for considerar a situação econômica (igualdade social), é extremamente necessário uma política dessas. Por cotas raciais é melhor pois a competição de um aluno negro de escola pública e um branco de escola pública encontra desvantagens por ser negro (que estatisticamente tem uma renda melhor). Uma falha: negros oriundos de escolas privadas não deveriam usufruir da política de cotas porque se o objetivo for igualdade social, isto não teria sentido (Depoimento discente curso Ciências da Computação).

[...] o esforço, o aprendizado, não está relacionado com a cor da pele mas com a estrutura socioeconômica, a realidade que a pessoa vive, infelizmente, pois sabemos de pessoas que poderiam brilhar, mas não estão por conta disso (Depoimento discente curso Direito noturno).

O paralelismo entre cor e estratificação social acaba sendo reforçado no decorrer dos depoimentos, quando se coloca a validade das cotas sociais em detrimento das raciais na democratização das vagas para alunos negros. A proposta mais aceita no meio pesquisado se encontra na ênfase da procedência escolar para as cotas, apesar de alguns admitirem que poderiam ter passado em reserva de vagas universal, mas optaram pelas cotas por conta da concorrência.

Eu não sou a favor das cotas, apesar de eu ter me beneficiado delas. Acho que isso não é benéfico para a sociedade [...] (Depoimento discente curso Psicologia).

Fui beneficiado, mas não que isso seja benéfico para a instituição, pois retirei a vaga de muita gente que queria estar aqui (Depoimento discente curso Psicologia).

Sabemos que a maioria da classe desprivilegiada é composta pela sua maioria de origem negra e que a maioria são marginalizados (pobreza do negro) e daí a maioria são ingressos de escolas públicas (Depoimento discente curso Direito Noturno).

Eu sou a favor da retirada de cotas por conta do fator da pele não dizer formação acadêmica, que já pro pessoal de escola pública é mais desleal. Eu percebo que nas escolas privadas há poucos negros, mas pelas condições de ensino e sociais ele consegue passar. Já aluno negro de escola pública, o fator de acesso tem que estar na escola pública, já que boa parte dos alunos está em escola pública (Depoimento discente curso Ciências Imobiliárias).

Estas ilustrações nos servem de subsídio para a relação existente entre questão racial e pobreza, raça e classe, que na consideração de Munanga (1996, p. 216), “numa sociedade como a nossa, as questões de raça e de classe mantêm entre si uma certa dialética. Mas não vejo como acelerar a mobilidade social do negro sem atacar as raízes profundas que bloqueiam esta mobilidade, isto é, a discriminação racial”. O reconhecimento do processo de subalternização do negro, que o leva a ocupar tais posições especialmente na estrutura educacional, nos incita ao questionamento anteriormente trabalhado sobre a adoção de políticas específicas de promoção da igualdade racial, sob o risco de se reduzir a luta social (mais abrangente, em sua situação de exploração), pela luta das minorias (objetivos mais específicos). Neste ponto, Domingues (2005, p. 203-204) coloca uma informação importante.

[...] não se pode desconhecer que o mundo negro no seu conjunto vive uma situação específica, sofrendo discriminação baseada na cor. À problemas exclusivos devem corresponder dispositivos particulares. O primeiro passo do negro é assumir sua negritude. Ele sofre, é discriminado, devido à cor de sua pele que os outros vêem e não por conta da sua condição de classe. Antes de o trabalhador africano e o afro descendente assumirem a bandeira do socialismo e do fim da exploração de classe, é necessário que aprendam a pensar como negros.

III – CONCLUSÃO

Diante dos eixos expostos tanto pelos gráficos como pelos depoimentos emblemáticos que ilustram a dinâmica de acesso ao ensino superior sob a ótica de seus principais sujeitos, uma vez que os alunos são parte integrante e síntese deste processo de desenho e da concretização da política, as principais contribuições dos discentes ora relatadas demonstram a *radicalidade das cotas*, ocultada sob o manto da promoção da igualdade racial, uma de suas partes constitutivas.

Esta hipótese pressupõe o seguinte: o sistema de cotas é antitético na medida em que se desvela o questionamento do funil educacional e de sua precarização, colocando em xeque a garantia da igualdade dentro de um sistema que é por sua natureza excludente, ao mesmo tempo em que é um mecanismo de aprofundamento da democracia em nossa sociedade. A defesa de uma pluralidade étnico-racial nas principais esferas da vida social deve ser acompanhada de um entendimento que, dentro do sistema capitalista, não tem como haver **igualdade** plena de condições, **liberdade** de escolha, sem fatores que o condicionam e ausência de exclusões, buscando a **fraternidade**.

A Educação é entendida pelos alunos entrevistados como a mediação necessária para se compreender a dinâmica da exclusão social como um todo, onde os negros por sua situação historicamente condicionada, precisam romper duas barreiras para o exercício pleno de sua autonomia enquanto sujeitos: a da raça, num primeiro momento, na defesa de sua condição humana integral, sem diferenciações.

Eu tive acesso antes da universidade a muita coisa que outros que passaram pelas cotas não tiveram (boa educação, formação), daí as cotas serem importantes e necessárias para garantir o acesso para aqueles que não tiveram o que eu tive. Entretanto, o novo critério utilizado (procedência escolar) não consegue abarcar a totalidade da população negra porque não existem só negros na escola pública (Depoimento discente curso Psicologia).

A segunda barreira, a de classe, depende de sua articulação com processos de luta social existentes, buscando a radicalização da democracia e a socialização da riqueza como pilares fundantes de uma sociabilidade emancipatória. Esta luta também passa pela defesa de uma educação pública, laica, gratuita e condizente com a estrutura social e racial de nossa sociedade.

Se através da extensão da escolaridade, num país com grandes desníveis de renda, em que uma pequena minoria detém a quase totalidade da riqueza e a maioria vive em condições miseráveis, se pudesse 'educar' todo o 'povo', o único resultado que se obteria por esse meio, mantidas as regras econômicas

do capitalismo, seria ter-se transformado tal povo num muito bem-educado povo pobre. A Educação pode fazer muito bem pelo homem, todavia não tem nenhum 'efeito automático' na mudança da real condição de vida das classes trabalhadoras (ROSSI, 1980, p. 70).

[...] a Educação é o principal e o mais importante a ser discutido porque é por meio dele que um país adquire desenvolvimento. O Brasil, apesar de se colocar bem economicamente, a Educação não está condizendo com o perfil que é tão estimado, se o aluno não tem boa educação é porque os professores não dispõem de uma boa formação, remuneração, etc.. e as relações sociais influem muito na Educação, pois na universidade esse ambiente faz com que te motive ao estudo e nas escolas públicas isto não acontece (Depoimento discente curso Psicologia).

Neste dilema da política de cotas, enquanto uma política pública de recorte social que encarna como as demais políticas sociais, uma mediação no confronto capital/trabalho, a democratização do ensino superior tem que ser vista sob seu aspecto progressista: como um meio de socialização da riqueza, como garantia de equidade e como um dos principais mecanismos de alargamento da democracia, potencializando a capacidade de autonomia e de mobilização das classes subalternas.

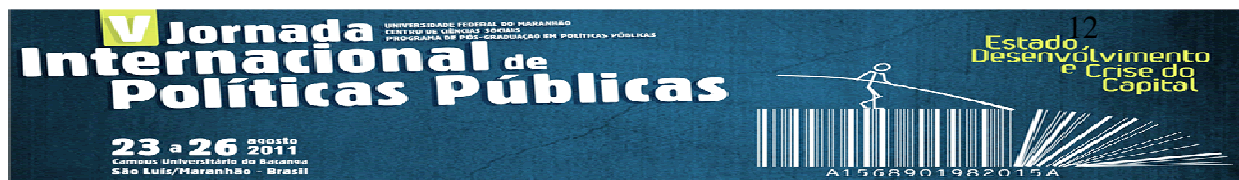
A democracia é soberania popular, é construção de uma comunidade participativa, é igualdade. Temos aqui determinados valores que o capitalismo demonstrou claramente que não é capaz de realizar. Uma verdadeira democracia é um processo que implica não só modificações políticas, mas econômicas e sociais [...] A democracia só realizará seu valor universal no Brasil se essas grandes massas de excluídos forem incorporadas ao processo social como autênticos protagonistas. Só pode haver democracia para as grandes massas da população se elas forem capazes de se organizar, de expressar seus anseios, e de obter efetivamente conquistas sociais, culturais e políticas no quadro de uma institucionalidade em permanente expansão. Assim, a democratização é um valor universal, sobretudo porque é um permanente desafio. Nunca poderemos chegar a um ponto que nos permita dizer que a democracia está acabada. A democracia é um processo que devemos conceber como em permanente construção (COUTINHO, 2008, p.151-153).

REFERÊNCIAS

COUTINHO, Carlos Nelson. **Contra a corrente**: ensaios sobre democracia e socialismo. São Paulo: Cortez, 2008.

DOMINGUES, Petrônio. Movimento da negritude: uma breve reconstrução histórica. **Revista África/Centro de Estudos Africanos**, São Paulo, n. 24/26. p.193-210, 2005.

GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo. Novas inflexões ideológicas no estudo do racismo no Brasil. In: FERES JÚNIOR, João; ZONINSEIN, Jonas. **Ações Afirmativas**



no ensino superior brasileiro. Belo Horizonte: Ed.UFMG; Rio de Janeiro: IUPERJ, 2008.

JACCOUD, Luciana. O combate ao Racismo e à desigualdade: o desafio das políticas públicas de promoção da igualdade racial. In: THEODORO, Mário (Org.). **As políticas públicas e a desigualdade racial no Brasil: 120 anos após a Abolição**. Brasília: IPEA, 2008.

MUNANGA, Kabengele. O anti-racismo no Brasil. In: MUNANGA, Kabengele. **Estratégias e políticas de combate à Discriminação racial**. São Paulo: Estação Ciência, 1996.

ROSSI, Wagner G. **Capitalismo e Educação**: contribuição ao estudo crítico da economia da educação capitalista. 2. ed. São Paulo: Ed. Moraes, 1980.

SARMENTO, Daniel Antonio de Moraes. O negro e a igualdade no Direito Constitucional brasileiro: discriminação de facto, teoria do impacto desproporcional e Ações afirmativas. In: FERES JÚNIOR, João; ZONINSEIN, Jonas. **Ações Afirmativas no ensino superior brasileiro**. Belo Horizonte: Ed. UFMG; Rio de Janeiro: IUPERJ, 2008.